ENTRE A ORDEM E A REVOLTA: A COBERTURA JORNALÍSTICA DE O ESTADO DE S. PAULO DURANTE A GREVE GERAL DE 1917

EMERSON DA SILVA SOUSA

RESUMO
Este artigo analisa a cobertura jornalística realizada pelo periódico O Estado de S. Paulo durante a Greve Geral de 1917 na cidade de São Paulo, um dos movimentos operários mais expressivos da Primeira República. O objetivo geral é examinar como o jornal noticiou o desenrolar do movimento paredista, identificando os discursos empregados, as ênfases conferidas às reivindicações operárias e os silêncios significativos que permearam suas páginas; de modo mais específico, busca-se compreender de que maneira a linha editorial do periódico articulou reconhecimento e condenação do movimento grevista, bem como qual foi o papel desempenhado pelo próprio jornal na mediação do conflito por meio do Comitê de Imprensa. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa consiste em análise documental e qualitativa das edições do jornal compreendidas entre os meses de junho e julho de 1917, disponíveis no acervo histórico digital do periódico, cotejadas com a bibliografia especializada sobre o tema, especialmente os estudos de Biondi e Toledo (2018), Lopreato (2000), Khoury (1981) e Weinstein (1980). Os principais resultados indicam que, durante as primeiras semanas do movimento, o periódico praticamente silenciou sobre a paralisação, e que, quando passou a cobri-la com maior regularidade, reduziu as amplas reivindicações da classe trabalhadora, sistematizadas pelo Comitê de Defesa Proletária, a uma demanda quase exclusiva por aumento salarial, ocultando ainda a dimensão real da repressão policial e o número efetivo de vítimas fatais. As considerações finais apontam que o periódico adotou uma postura ambivalente: reconheceu a legitimidade de reivindicações imediatas, como o aumento salarial frente à carestia de vida, mas silenciou sobre demandas estruturais da classe trabalhadora e legitimou a repressão policial quando o movimento ameaçou transbordar os limites da ordem estabelecida, atuando, por meio da criação do Comitê de Imprensa, como mediador interessado na contenção do conflito dentro dos marcos aceitáveis para as elites paulistanas.

PALAVRAS-CHAVE: Greve Geral de 1917; O Estado de S. Paulo; Imprensa e movimento operário; São Paulo; Primeira República.

INTRODUÇÃO

A Greve Geral de 1917 constitui um dos episódios mais significativos da história do movimento operário brasileiro. Durante os meses de junho e julho daquele ano, a cidade de São Paulo foi palco de uma paralisação de proporções inéditas, que envolveu milhares de trabalhadores de diversos setores industriais e mobilizou não apenas as forças policiais e o patronato, mas também a imprensa, que assumiu um papel de protagonismo na mediação do conflito. Entre os principais jornais em circulação na capital paulista, O Estado de S. Paulo destacou-se não apenas pela cobertura dos acontecimentos, mas por sua participação direta nas negociações que conduziram ao término da greve.

O objetivo deste artigo é examinar detalhadamente a cobertura jornalística realizada pelo periódico durante o movimento grevista, analisando as edições publicadas entre os meses de junho e julho de 1917. Busca-se identificar como o jornal noticiou o desenrolar dos acontecimentos, quais discursos empregou para caracterizar o movimento operário e suas reivindicações, e que silêncios significativos permearam suas páginas. A análise fundamenta-se nas edições do periódico consultadas no acervo histórico do próprio jornal, cotejadas com a bibliografia especializada sobre a Greve Geral de 1917, notadamente os trabalhos de Biondi e Toledo (2018) e Lopreato (2000).

Como argumentam Biondi e Toledo (2018), a greve teve princípios de organização anteriores ao período coberto pelas fontes analisadas, mas historicamente seu estopim ocorreu em 8 de junho de 1917, com a paralisação no Cotonifício Rodolfo Crespi, localizado no bairro da Mooca. A partir desse momento, o movimento se espraiou como "rastilho de

pólvora", alcançando setores industriais para além do têxtil, como o de bebidas e o moveleiro, e fomentando a organização proletária nas ligas operárias concentradas nos bairros fabris da capital.
A cobertura realizada por O Estado de S. Paulo desse processo revela, como se demonstrará, uma postura editorial que oscilava entre o reconhecimento da legitimidade de algumas demandas operárias – particularmente aquelas vinculadas à carestia de vida e à fome que assolava as famílias trabalhadoras – e a defesa intransigente da ordem social, que se manifestava na condenação das ações diretas dos grevistas e na legitimação da repressão policial quando o movimento ameaçava transbordar os limites considerados aceitáveis.
Cabe ainda destacar que a historiografia sobre a Greve Geral de 1917 já indicava, desde os primeiros estudos sistemáticos como o de Khoury (1981), que a paralisação de junho e julho não constituiu um evento espontâneo, mas o resultado de um processo de organização proletária gestado ao longo de anos nas ligas e sindicatos operários da capital paulista. Compreender a cobertura de O Estado de S. Paulo exige, portanto, situá-la não apenas no calor dos acontecimentos, mas no interior desse processo mais amplo de constituição de uma esfera pública em disputa, na qual imprensa, patronato, governo e trabalhadores travavam relações de força a respeito do sentido social a ser atribuído à mobilização.

O INÍCIO DA GREVE E OS PRIMEIROS SILÊNCIOS DO PERIÓDICO

A análise das edições de O Estado de S. Paulo durante o período inicial da greve revela um primeiro dado significativo: o silêncio. Nos dias que se seguiram à paralisação no Cotonifício.
Rodolfo Crespi, em 8 de junho de 1917, o jornal praticamente não dedicou espaço ao movimento em suas páginas. Durante praticamente todo o mês de junho, a greve permaneceu ausente do noticiário ou recebeu menções brevíssimas, sempre relegadas às páginas intermediárias, em seções como "Notícias Diversas" e, posteriormente, "Agitação Operária".
Somente em 30 de junho o periódico dedicou alguma atenção mais detida ao movimento grevista e suas reivindicações. Nessa edição, relatou-se a intensificação da greve no Cotonifício Crespi e a decisão de lockout por parte da direção da fábrica. O jornal reproduziu a denúncia patronal de que a greve seria fruto da ação de "agitadores socialistas" e informou que a intransigência da empresa em negociar com os representantes operários levou todos os setores da fábrica a aderirem à paralisação. Na mesma coluna, relatou-se que as divergências levaram operários, operárias e até crianças a saírem em manifestação rumo ao centro de São Paulo, fazendo parada em frente à redação do próprio jornal.
Chama a atenção, nessa e nas demais edições do período, o fato de o periódico apresentar o aumento salarial de vinte por cento como a única ou principal reivindicação dos grevistas. O texto não menciona ou levanta possibilidades de outras demandas já muito estabelecidas dentro dos movimentos da classe trabalhadora, não apenas no Brasil. A redução da jornada extenuante de trabalho – que, devido ao aumento da demanda em plena Primeira Guerra Mundial, chegava a doze ou catorze horas diárias – e a luta pela instauração das oito horas com descanso semanal estavam presentes nas pautas operárias, mesmo que O Estado de S. Paulo as ignorasse sistematicamente.
Biondi e Toledo (2018) demonstram que as reivindicações dos trabalhadores apresentadas pelo Comitê de Defesa Proletária eram muito mais amplas e incluíam: jornada de oito horas, semana de cinco dias e meio, fim do trabalho de crianças, restrições à contratação de mulheres e adolescentes, segurança no trabalho, pagamento pontual dos salários, aumento salarial, redução do preço dos aluguéis e no custo dos bens de consumo básicos, respeito ao direito de sindicalização, libertação dos trabalhadores presos durante as greves e recontratação de todos os grevistas demitidos. O silenciamento do jornal sobre a maior parte dessas demandas não era, portanto, casual, mas revelador de sua linha editorial.
Esse silenciamento seletivo deve ser compreendido à luz do contexto econômico mais amplo vivido pela capital paulista durante a Primeira Guerra Mundial. O conflito europeu, ao mesmo tempo em que estimulava a produção industrial voltada à substituição de importações,

provocava um agudo processo inflacionário que corroía os salários já insuficientes da classe trabalhadora, tornando a carestia de vida um problema social de primeira grandeza. Ao insistir exclusivamente no aumento salarial como bandeira do movimento, O Estado de S. Paulo circunscrevia o conflito a uma dimensão estritamente econômica e conjuntural, evitando reconhecer que as reivindicações operárias traduziam também um projeto mais amplo de reorganização das relações de trabalho na indústria paulistana.

A ESCALADA DO CONFLITO E O DISCURSO DA ORDEM

Em 9 de julho de 1917, o periódico seguiu o padrão de breve relato sobre o confronto ocorrido em frente à fábrica Crespi no início da noite. Segundo a narrativa do jornal, os operários e operárias, com vaias e depois com pedras, atacaram a guarnição policial que ali passava em ronda. O texto menciona os policiais feridos, mas não traz qualquer relato de trabalhadores feridos ou mortos. Mais uma vez, o jornal silencia sobre o espraiamento do movimento paredista que, naquele momento, já avançava por diversas fábricas e setores industriais.
A edição de 10 de julho apresenta uma inflexão significativa no discurso do periódico. Na seção "Notícias Diversas", em tom quase editorial, o jornal constrói um discurso de legitimação condicional do movimento: as reivindicações frente à carestia de vida e às condições de sobrevivência, bem como a pacificidade dos operários, eram elogiáveis; as forças públicas de segurança estavam assegurando a paz, chegando mesmo a apoiar o movimento por se tratar de uma causa justa. Contudo, argumentava o texto, como não havia posições satisfatórias por parte do patronato – sendo basicamente a contínua busca pelo aumento de vinte por cento –, os ânimos se exaltaram, o que justificaria a resposta violenta e repressiva por parte da polícia.
O fechamento da Liga Operária da Mooca e a prisão de operários eram apresentados como medidas necessárias para assegurar a ordem, o que seria benéfico para os próprios grevistas e para o restante da sociedade. Essa construção discursiva revela com clareza a lógica que orientava a cobertura do periódico: as reivindicações operárias eram legítimas enquanto se mantivessem nos marcos da ordem; qualquer ação que extrapolasse esses limites justificava a repressão, que era então apresentada como medida protetiva e não punitiva.
Na mesma edição, na seção "Agitações Operárias", o relato é mais detalhado sobre os acontecimentos dos últimos dias, mencionando o avanço paulatino da adesão da classe trabalhadora e a escalada repressiva que se intensificava dia a dia. Descrevem-se os conflitos em frente à fábrica Mariângela, pertencente à família Matarazzo, que resultaram em muitos feridos, inclusive com a morte do sapateiro espanhol José Gimenez Martinez – que nesta publicação é nomeado equivocadamente como Antonio Inez Martinez. Seu cortejo fúnebre resultaria na imagem mais divulgada sobre as jornadas de julho de 1917.

A MORTE DE MARTINEZ E O PANFLETO DAS MULHERES GREVISTAS

A edição de 11 de julho traz um documento de grande valor histórico: a transcrição, em facsímile, de um panfleto escrito por um grupo de mulheres grevistas dirigido aos soldados da força pública. O documento conclamava os soldados a não perseguirem os "irmãos de miséria", lembrando que eles próprios eram parte da grande massa popular e que, se naquele momento vestiam a farda, voltariam a ser os camponeses que cultivam a terra ou os operários explorados das fábricas e oficinas.
O panfleto denunciava que a fome reinava nos lares operários e que os "perniciosos" contavam com as armas entregues aos soldados para sufocar as reclamações populares. Apelava-se à memória de episódios em que o soldado brasileiro se recusara a atirar contra o povo, como na Revolta do Vintém no Rio de Janeiro em 1881 e na recusa em perseguir os escravos rebelados em 13 de maio de 1888. O documento é encerrado com um apelo contundente: "Soldados! Recusai-vos ao papel de carrascos!".
A publicação desse panfleto constitui uma das raras ocasiões em que O Estado de S. Paulo deu voz direta aos grevistas em suas páginas. Contudo, como observa a análise historiográfica, o jornal raramente cedia espaço para que os operários falassem por si mesmos, preferindo

sempre mediar o discurso com suas próprias observações sobre como o movimento deveria agir. O recado era sempre passado nas entrelinhas: as reivindica-

pode ser compreendida como "loucura". Como observa a historiografia, a revolta urbana ou no campo jamais encontrará respaldo na grande imprensa; nada que fuja da aparente pacificidade dos subjugados pelo capitalismo merecerá aceitação.

A FORMAÇÃO DO COMITÊ DE IMPRENSA: A MEDIAÇÃO COMO ESTRATÉGIA

É nesse contexto de acirramento do conflito e de aparente incapacidade do governo em contornar a situação que se insere a iniciativa que marcaria de forma definitiva a participação de O Estado de S. Paulo na Greve Geral de 1917: a formação do Comitê de Imprensa. A nota publicada na edição de 14 de julho, que anuncia a criação do comitê e convoca os representantes do operariado para negociações, constitui um documento fundamental para a compreensão do papel que a grande imprensa se atribuía na mediação dos conflitos sociais.

Assinada pelos representantes dos principais jornais em circulação na capital – incluindo Nestor Pestana e Amadeu Amaral por O Estado de S. Paulo –, a nota declara que os jornalistas, "impressionados pelo estado de agitação" e "cedendo exclusivamente às simpatias que nutrem pela causa do operariado e ao desejo de ver a cidade restituída à ordem", tomavam a iniciativa de uma mediação entre grevistas, industriais e governo. Lopreato (2000) argumenta que a Comissão de Imprensa exerceu o papel de árbitro no conflito entre capital e trabalho, funcionando como um quarto poder – o único aceito pelo Comitê de Defesa Proletária para intermediar as negociações. A comissão demonstrou ter força política capaz de superar as barreiras que impediam um acordo entre as partes litigantes e teve papel decisivo na formulação do acordo que suspendeu a greve geral. A atuação da Comissão de Imprensa pode ser compreendida como expressão de um padrão mais amplo de conciliação de classes característico da Primeira República, no qual setores das elites letradas se apresentavam como intérpretes legítimos dos interesses de toda a sociedade, inclusive dos trabalhadores, sem que estes fossem chamados a negociar diretamente e em condições de igualdade com patrões e autoridades. Khoury (1981) demonstra que essa mediação, embora tenha contribuído para pôr fim à paralisação, não alterou substancialmente a correlação de forças entre capital e trabalho, uma vez que as conquistas obtidas permaneceram condicionadas à boa vontade do patronato e à capacidade de fiscalização de acordos que, em muitos casos, não foram cumpridos integralmente.

O DESFECHO DA GREVE E A MANUTENÇÃO DA ORDEM

Às edições dos dias 14 e 15 de julho mantêm um tom de calma e ordem por parte dos operários, o que leva o periódico a um posicionamento de elogio e à afirmação de que a situação estaria se encaminhando para um desfecho favorável. Em 16 de julho, o jornal chega a declarar que a greve teria chegado ao fim, publicando, contudo, um boletim do Comitê de Defesa Proletária que convocava os trabalhadores a "celebrar a vitória" nos comícios que seriam realizados.

O boletim do Comitê, transcrito pelo jornal, reconhecia que as conquistas obtidas "não representam o máximo dos nossos desideratum", mas constituíam "uma grandiosa vitória, principalmente no que se refere ao direito de associação, vitória essa tanto mais importante, porquanto será o ponto de partida para novas e maiores conquistas". O documento conclamava os operários a se organizarem e se prepararem para lutas futuras.

Em 17 de julho, o jornal publicou a ordem do dia votada nos três comícios realizados, na qual os operários reafirmavam sua solidariedade ao Comitê e deliberavam a retomada do trabalho nas indústrias cujos dirigentes haviam aceitado as bases do acordo, mantendo-se em greve as categorias que ainda não haviam obtido atendimento às suas reivindicações. Os trabalhadores que retornavam ao trabalho comprometiam-se a, ao primeiro chamado do Comitê, reencetar e intensificar a agitação se as promessas feitas não fossem cumpridas.

A edição de 18 de julho traz uma análise mais aberta do desenrolar dos acontecimentos, reconhecendo que a normalização ocorria "aos poucos, não como quer a impaciência de muitos, mas como era natural e inevitável". O texto argumenta que, tratando-se de um movimento de vastas proporções, era impossível resol-

vê-lo de maneira uniforme, e que muitos industriais não podiam subscrever em bloco o acordo do dia 14. Ainda assim, o jornal conclui que o número de estabelecimentos que haviam chegado a um entendimento com seus operários crescia significativamente, restando um "núcleo de irredutíveis" relativamente pequeno.

OS SILÊNCIOS SOBRE OS MORTOS: VIOLÊNCIA, ORDEM E ECONOMIA MORAL

Um dos aspectos mais reveladores da cobertura de O Estado de S. Paulo diz respeito ao tratamento dispensado às vítimas fatais da repressão policial. Enquanto o periódico noticiava, na edição de 13 de julho, a possibilidade de cerca de dezoito mortos, a bibliografia especializada estima que o número real de vítimas tenha se aproximado de duzentas, a maior parte delas sepultada em valas comuns no cemitério do Araçá, muitas vezes sem qualquer registro nominal (BIONDI; TOLEDO, 2018). Essa discrepância não pode ser lida como simples imprecisão jornalística, mas como parte constitutiva da narrativa que o periódico construía sobre o movimento.

A categoria de economia moral, formulada por Thompson (1998) para analisar os motins de subsistência na Inglaterra do século XVIII, oferece uma chave de leitura pertinente para compreender essa dinâmica. Para o historiador inglês, a legitimidade atribuída pela população a determinadas formas de ação coletiva dependia da existência de um consenso mínimo sobre normas e obrigações sociais compartilhadas, consenso que, uma vez rompido por uma das partes, autorizava, aos olhos da comunidade, formas de resposta que extrapolavam a legalidade estrita. Guardadas as diferenças de tempo e lugar, algo semelhante parece operar na cobertura de O Estado de S. Paulo: os grevistas eram merecedores de simpatia enquanto suas ações permaneciam dentro de um código moral aceito pelas elites – a fome, a carestia, a pacificidade –, mas perdiam esse estatuto assim que suas ações desafiavam a ordem estabelecida, deixando de ser vítimas para se tornarem "desordeiros".

Nesse sentido, o silenciamento sobre o número real de mortos funcionava como mecanismo discursivo complementar à condenação da ação direta: ao minimizar a dimensão da violência estatal, o jornal reequilibrava simbolicamente o confronto, apresentando a repressão como resposta proporcional a uma ameaça à ordem, e não como violência desmedida contra uma população majoritariamente desarmada. A economia moral que orientava o discurso do periódico não era, portanto, a dos trabalhadores em luta, mas a das elites letradas paulistanas, para as quais a manutenção da ordem social configurava valor superior à vida dos manifestantes.

CONCLUSÃO

A análise da cobertura jornalística realizada por O Estado de S. Paulo durante a Greve Geral de 1917 revela um periódico que, longe de assumir uma posição de mero observador dos acontecimentos, atuou ativamente na construção de uma narrativa sobre o movimento e, por meio do Comitê de Imprensa, na mediação direta do conflito. Essa atuação foi pautada por uma lógica ambivalente que combinava o reconhecimento condicional da legitimidade de algumas reivindicações operárias com a defesa intransigente da ordem social estabelecida.

O silenciamento inicial sobre a greve, a redução das reivindicações operárias à demanda por aumento salarial, a omissão sobre o número real de vítimas da repressão policial e a caracterização dos manifestantes como "desordeiros" quando o movimento ameaçou escapar ao controle constituem elementos que evidenciam os limites do liberalismo professado pelo periódico. Como argumenta Weinstein (1980), a simpatia do jornal pela condição operária normalmente se evaporava tão logo o proletariado exibia qualquer coisa além da fraqueza e dependência.

Contudo, seria reducionista afirmar que O Estado de S. Paulo atuou apenas como instrumento de repressão ou desmobilização da classe trabalhadora. O jornal também exerceu pressão sobre o patronato e o governo, criticou a inação das autoridades frente à carestia de vida que assolava a população pobre e, por meio do Comitê de Imprensa, contribuiu para que algumas demandas operárias fossem atendidas. A própria publicação de documentos como o panfleto das mulheres grevistas, ainda que excepcional, indica que o periódico não podia simplesmente ignorar a força e a legitimidade

do movimento. O que se depreende, em última análise, é que a cobertura de O Estado de S. Paulo durante a Greve Geral de 1917 foi orientada por uma estratégia de contenção do conflito dentro de limites aceitáveis para as elites. Reconhecer a legitimidade de reivindicações imediatas como o aumento salarial e a redução da jornada de trabalho era uma forma de esvaziar demandas mais profundas que questionavam a própria estrutura de poder na sociedade. A criação do Comitê de Imprensa, nesse sentido, representou a tentativa de canalizar a energia do movimento para uma solução negociada que preservasse os fundamentos da ordem social, evitando tanto a capitulação total do patronato quanto o acirramento do conflito que poderia levar a desdobramentos imprevisíveis.

A Greve Geral de 1917, como argumentam Biondi e Toledo (2018), representou um ponto de divisão na história do movimento operário brasileiro, marcando a transição de um período de desorganização das associações sindicais para outro no qual estas desenvolveram uma estrutura mais consistente e uma ação mais evidente aos olhos da classe dirigente. A cobertura de O Estado de S. Paulo desse processo, com suas ênfases e silêncios, constitui um testemunho valioso não apenas dos acontecimentos em si, mas da forma como as elites letradas da Primeira República percebiam e reagiam à emergência da classe trabalhadora como ator político na cena urbana.

Nesse sentido, os estudos de Khoury (1981) são particularmente esclarecedores ao demonstrarem que, apesar dos limites impostos pela mediação da grande imprensa, a Greve Geral de 1917 deixou um legado organizativo duradouro para o movimento operário paulistano, fortalecendo ligas e associações de bairro que seguiriam atuantes nos anos subsequentes. A cobertura de O Estado de S. Paulo, ao mesmo tempo em que buscava conter o conflito dentro de limites aceitáveis, não foi capaz de impedir que a experiência da mobilização de 1917 se convertesse em referência simbólica para lutas futuras, evidenciando os limites de qualquer estratégia de mediação que pretenda circunscrever definitivamente as demandas de uma classe em processo de constituição política.

REFERÊNCIAS

BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. Uma revolta urbana: a greve geral de 1917 em São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

KHOURY, Yara Aun. As greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1981.

LOPREATO, Christina Roquette. O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917. São Paulo: Annablume, 2000.

O ESTADO DE S. PAULO. Edições de 30 de junho a 18 de julho de 1917. Acervo Histórico. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br.

THOMPSON, Edward Palmer. Economia moral revisitada. In: THOMPSON, Edward Palmer. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WEINSTEIN, Barbara. Impressões da elite sobre os movimentos da classe operária: a cobertura da greve em O Estado de S. Paulo – 1902/1917. In: CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.